



**Mabel da Silva Bairros**

**LIBERALISMO POLÍTICO E ESCOLHA PÚBLICA: LIMITES DA AUTONOMIA  
GOVERNAMENTAL**

**Horizontalina  
2015**

**Mabel da Silva Bairros**

**LIBERALISMO POLÍTICO E ESCOLHA PÚBLICA: LIMITES DA AUTONOMIA  
GOVERNAMENTAL**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Esp. Tiago Neu Jardim.

**Horizontina**

**2015**

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:**

**“LIBERALISMO POLÍTICO E ESCOLHA PÚBLICA: LIMITES DA AUTONOMIA  
GOVERNAMENTAL ”**

**Elaborada por:**

**Mabel da Silva Bairros**

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas

**Aprovado em: 08/12/2015**

**Pela Comissão Examinadora**

---

**ESPECIALISTA Tiago Neu Jardim**  
**Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

---

**MESTRE Stephan Sawitzki**  
**FAHOR – Faculdade Horizontalina**

---

**MESTRE Márcio Kalkmann**  
**FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Horizontalina**  
**2015**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a minha família, agradeço pelos cuidados e compreensão. Pela capacidade de acreditar e investir em mim e pelos incentivos transmitidos com a certeza de que não estava só nessa caminhada. A vocês devo meu caráter, princípios, essência e, sobretudo, a vida.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou meu caminho durante essa trajetória. Aos meu pais, Marlene e Carmo, meu irmão Erich e meus avós Isabel e Manoel, pelo apoio às minhas decisões e auxílio nas horas difíceis. Aos meus primos, em especial: Tatiziam, Manoel e Juliana, que sempre me ajudaram a superar meus obstáculos e aplaudiram minhas conquistas. Aos amigos mais próximos e colegas, que me proporcionaram momentos de descontração, alegrias, ajudas e compreensão. Sem dúvidas, esta conquista não é apenas minha, porque parte da minha vida pertence a vocês. Se hoje posso comemorar mais uma conquista é porque sempre estiveram ao meu lado, sonhando comigo e me apoiando em tudo que fosse necessário.

Agradeço muito aos mestres da FAHOR, por todo conhecimento e amizade atribuído, sem medir esforços para auxiliar sempre que necessário. A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada dia mais a pena. Meus sinceros agradecimentos.

Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem sucedidos.

Provérbios 16:3

## RESUMO

Com o processo ocorrido nas últimas décadas na economia e nos governos, nota-se que se faz necessário estes andarem alicerçados um ao outro, para que as políticas públicas tenham um objetivo claro e transparente, de modo que haja um desenvolvimento econômico com ótimos resultados tanto para a população quanto para os administradores. É através do governo que as políticas públicas são realizadas, considerando esse contexto, o objetivo deste trabalho é determinar a importância dos gastos públicos na economia, respondendo quais os benefícios que poderão ocorrer no crescimento econômico a partir da tomada de decisão do governo em suas ações frente a política econômica; verificando os fundamentos do papel da escolha pública e compreendendo a economia e a política. Fazendo, dessa forma, uma apreciação que procura entender as decisões e interesses que levam uma gestão a ser bem sucedida e organizada, o que indicará se o governo apresenta fatores determinantes para a ação governamental, uma vez que o processo entre cidadania e política sofre interferência ao fazer intervenção na sociedade. Por fim, este trabalho demonstrará a importância de controlar os gastos públicos, uma vez que seus efeitos na economia são recorrentes de seus impactos no crescimento econômico. O mesmo procura ainda esclarecer o papel da economia frente as políticas públicas, no qual apresenta a influência dos efeitos dos gastos públicos, relacionados a economia até a conjuntura atual. A forma de desenvolvimento do estudo, como um todo, foi elaborado no feitio de natureza básica, com objetivos de uma pesquisa exploratória e explicativa. Visando proporcionar familiaridade com o problema e identificando os fenômenos ocorridos. O trabalho se deu essencialmente através de documentos bibliográficos, livros e artigos científicos, buscando dados atuais da economia, no qual procurou-se identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos da política pública, retirados de acervos bibliográficos como revistas eletrônicas, artigos científicos publicados e portal eletrônico. Em um primeiro momento realizou-se um esboço dos critérios utilizados pelo governo, onde tenta-se identificar se as escolhas feitas pelo governo são adequadas para assim compreender as ações da sociedade e dos políticos frente as decisões por eles tomadas e por fim determinar a importância dos controles dos gastos públicos na economia, verificando seu impacto no crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Gastos Públicos. Políticas Públicas. Crescimento Econômico.

## ABSTRACT

With the process in recent decades in the economy and government, it is noted that it is necessary they walk grounded to each other, so that public policies have a clear and transparent objective, so that there is an economic development with great results both for the population as for administrators. It is through government that public policies are carried out, considering this context, the aim of this study is to determine the importance of public spending in the economy, accounting what benefits may result in economic growth from the government's decision-making in their actions forward the economic policy; checking the fundamentals of the role of public choice and understanding the economics and politics. Making thus an appreciation that seeks to understand the decisions and interests who lead management to be successful and organized, which will indicate whether the government presents determinants for government action, once the process between citizens and politics interfered to make intervention in society. Finally, this paper will demonstrate the importance of controlling public spending, since their effects on the economy are recurrent their impact on economic growth. It also seeks to clarify the role of the economy forward public policies, which shows the influence of the effects of public spending, the economy related to the current situation. The form of development of the study as a whole, was drafted in the shape of basic nature, with goals from exploratory and explanatory research. In order to provide familiarity with the problem and identifying the occurring phenomena. The work took place mainly through bibliographic documents, scientific books and articles, seeking current economic data, which sought to identify the factors that contribute to the occurrence of public policy phenomena, removed from library collections and electronic journals, scientific papers published and electronic portal. At first we held an outline of the criteria used by the government, which tries to identify whether the choices made by the government are adequate to well understand the actions of society and the political front the decisions taken by them and ultimately determine the importance the controls of public spending in the economy by checking its impact on economic growth.

Keywords: Public Spending. Public policy. Economic growth.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>GASTOS PÚBLICOS</b> .....	<b>14</b>
2.1	ESCOLHA PÚBLICA.....	14
2.1.1	As ESCOLHAS PÚBLICAS SÃO ADEQUADAS? .....	17
2.2	A ECONOMIA E A POLÍTICA.....	20
2.2.1	O GOVERNO AGE COM LIBERDADE POLÍTICA? .....	24
2.3	GOVERNO E A INFLAÇÃO.....	27
2.3.1	A AÇÃO DO GOVERNO INFLUENCIA NO BEM-ESTAR SOCIAL? .....	30
2.4	CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS .....	34
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de interesses econômicos entre a sociedade e a política, cresce a necessidade de maior eficiência e transparência na atuação governamental. Sabe-se, que é papel do governo trabalhar pelo bem da sociedade como um todo, dentre as diversas áreas de atuação do setor público, com algumas funções como as de regular as atividades econômicas, através de leis e de uma boa administração, visando a igualdade social, além de estabilizar a taxa de inflação.

Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação, reduzem a oferta monetária ou fiscal e aumentam a taxa de juros (o que por sua vez é uma consequência dessas políticas), assim a economia deixa de elevar o crescimento econômico, pois é a política monetária que controla a oferta de moeda na economia e determina a taxa de juros no mercado. Já a política fiscal visa estimular o crescimento econômico, elaborando e organizando o orçamento do governo, demonstrando as fontes de arrecadação e gastos públicos, como explica Cleto e Dezordi (2002).

É através do governo que as políticas públicas são realizadas e para que estas sejam eficientes é preciso fazer uma análise de custo/benefício, além da alocação de valores para a tomada de decisão e, assim, ter uma decisão política orientada com critérios de igualdade e bem estar social. Para que as políticas públicas ocasionem desenvolvimento econômico para o país e também para as empresas, os objetivos devem ser claros, levando em consideração ainda um controle rigoroso por parte da população, para que os governantes utilizem melhor o dinheiro arrecadado pelos impostos, trazendo resultados satisfatórios para a população, destaca Guimarães (2011).

O agente econômico busca a eficiência em suas tomadas de decisões, procurando a alocação ótima dos recursos escassos. A política, por sua vez, busca a conquista e a manutenção do poder, conforme destaca Dias (2009). No processo de decisão, ao estudar as decisões de alocação de recursos públicos que o governo utiliza, tenta obter-se um melhor resultado, se possível o mais eficiente.

Pretende-se estudar o tema, quais critérios de decisão econômica o governo federal utiliza na hora de alocar gastos públicos democraticamente, explanando assim o seu papel na economia face as políticas públicas e verificando se há um descompasso entre ambos. O trabalho será elaborado da seguinte forma: o primeiro

capítulo contém a introdução, seguido da revisão de literatura, contextualizando os gastos públicos, a escolha pública, a economia e a política, o governo e a inflação e o controle de gastos públicos. No terceiro capítulo menciona-se a descrição da metodologia utilizada na pesquisa, seguido das considerações por se tratar de um estudo extremamente bibliográfico.

Com base nesse contexto, e através dos critérios que o governo utiliza no processo de decisão de alocação de gastos públicos, o principal problema do trabalho é: De que maneira a condução da política macroeconômica interfere no processo decisório de alocação de recursos, frente a econômica e as políticas públicas?

Justifica-se o presente trabalho frente ao papel do governo que modificou-se ao longo do tempo, e estudos vem fundamentar o quão importante e necessário é a intervenção deste na economia, para tentar combater a inflação e esclarecer as decisões do governo perante a política pública. O papel do governo é ajudar a população a promover a melhoria do padrão de vida da sociedade num todo, com alocação de recursos eficientes e estímulo ao crescimento econômico, lembrando que somente ele não consegue melhorar esse padrão de vida.

Odon (2008) descreve que a eficiência locativa relaciona-se com a lei básica da oferta e da demanda em relação a produção adequada de produto ou serviço. Além de controlar o nível agregado de demanda e assim enfraquecer o impacto social e econômico das crises de inflação.

O gestor das políticas públicas, deve saber a melhor forma de utilizar o dinheiro arrecadado através dos impostos, buscando apresentar um bom resultado para a coletividade, sem chance de agir livremente e fazer o que lhe for mais conveniente, ressalva Guimarães (2011). Para que haja eficiência é preciso ter critérios de igualdade e bem estar geral na análise de custo/benefício, além de recorrer a uma escolha de julgamento adequada, para a melhoria das condições de vida da sociedade, beneficiando os prejudicados e maximizando o bem estar da nação.

A atuação do Estado, tem sido cada vez mais complexa e relevante perante o crescimento e a implementação das políticas públicas. No âmbito da eficiência e transparência governamental, exige um esforço contínuo dos governantes no aperfeiçoamento das práticas de gestão devido a modernização, explica Santos (2012).

Para Bernabel (2009), a análise política econômica deve ser um processo pela troca e não um processo de interação pelo poder e assim promover ganhos mútuos entre os agentes. A fim de buscar soluções melhores, estabelecendo quais áreas da vida humana um governo pode controlar além das regras a serem impostas.

Os efeitos dos gastos públicos na economia são recorrentes do impacto que eles provocam no crescimento econômico, afetando o nível de renda do país devido as suas alterações, pois são um componente da demanda agregada. O governo tem importante papel no crescimento econômico do país, tendo em vista que se os recursos são aplicados de maneira correta, são eficientes e influenciam na qualidade de vida e na produtividade, conforme Borgoni, Hein e Beurer (2011). A alocação eficiente do gasto visa gerar uma melhoria para a população, podendo reduzir ou eliminar as distorções existentes nas regiões, ajudando até a evitar crises financeiras, assegura Costa (2011).

A importância da realização deste estudo se justifica através da busca pelo entendimento da melhor forma que o governo deve utilizar diante do processo de tomada de decisão, para melhor alocar os recursos, através de uma escolha adequada para controlar os gastos públicos e não permanecer refém das armadilhas auto impostas pelas taxas de juros, como já indicam ocorrências anteriores. Ademais, este trabalho irá apresentar-se como um complemento de estudo na área de economia do setor público, o que é uma perspectiva para uma maior reflexão não só no âmbito acadêmico, mas também social.

Para que o problema proposto fosse respondido, o objetivo geral é determinar a importância de controlar os gastos públicos na economia, já que o governo tem ampla liberdade na escolha e na definição das políticas públicas e quando as define estas ficam vinculadas a atingir determinados resultados, que por sua vez acabam limitando o campo de atuação e a capacidade e eficiência dos instrumentos macroeconômicos. A partir desse objetivo geral, foram delimitados os objetivos específicos que auxiliam principalmente na melhor compreensão do tema abordado.

Segue a descrição dos objetivos específicos a serem obtidos no decorrer deste trabalho: Estudar os fundamentos do papel da escolha pública; compreender a relação existente entre economia e política; averiguar de que maneira vem sendo realizado o controle dos gastos públicos; determinar a importância de controlar os gastos públicos.

## 2 METODOLOGIA

Considerando a problemática levantada sobre os critérios utilizados pelo governo no processo decisório de alocação de gastos públicos, levando em conta ainda as características necessárias ao conhecimento da temática como um todo, este estudo procura explicar o papel da economia frente as políticas públicas. O presente estudo, trata-se de uma pesquisa descritiva, onde procurou-se descrever e estudar de forma mais abrangente alguns fatores ocorridos na economia e nos governos através das políticas públicas.

Para alcançar o primeiro objetivo foi realizada uma pesquisa que quanto a natureza é básica, pois objetiva gerar conhecimentos que venham esclarecer os critérios de decisão de governo perante a política pública, para assim analisar o efeitos dos gastos públicos na economia. Baseando-se em critérios reais, pode-se dizer que esta é uma pesquisa exploratória, pois também objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, assim como, é explicativa, pois identifica os fatores que determinam os fenômenos. Gil (1991, p.38-39) destaca:

A pesquisa exploratória têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Pesquisa explicativa, tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Referindo-se aos procedimentos, é uma pesquisa essencialmente bibliográfica. Para a resolução do problema proposto pela pesquisa em questão, buscou informações referentes a relação da economia com a política e a identificação de fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos através da literatura disponível. Também, através de estudos elaborados (a partir de documentos bibliográficos, artigos, matérias de revistas, jornais), procurou-se compreender para uma contextualização dos gastos públicos frente as gestões e, assim procurar compreender os critérios de tomada de decisão governamental.

Considerando o primeiro objetivo do trabalho procurou-se identificar a ação das pessoas e dos administradores frente seus interesses particulares, econômicos

e sociais. A escolha pública para melhor entender como a política e o governo funcionam, vem identificar se as opções dos gastos públicos feitas pelo governo são adequadas.

Complementando essa ideia, a partir da busca por contemplar o segundo objetivo, foi realizada uma verificação que buscou compreender as ações da sociedade e dos políticos frente as decisões e empenhos. Onde leva a uma gestão planejada com intuito de beneficiar a sociedade no geral ou acaba sem organização e planejamento com foco em um interesse próprio. O que responde e reflete de certa forma nas taxas de juros, já que há influencias deste na economia e na política, subseguindo o terceiro objetivo.

Finalizando, para determinar a importância dos gastos públicos, realizou-se um estudo através de artigos que relatam os impactos no crescimento econômico, e verificam as alocações de recursos. Pode ser destacado aqui que estes gastos geram tanto demanda quanto recessão, o que vai definir é a elaboração desse plano, para melhor utilizar os recursos públicos.

Considera-se a elaboração metodológica, como delimitação do universo de pesquisa onde do ponto de vista deste estudo tem-se em um primeiro momento a alocação dos gastos públicos. Uma análise de critérios utilizados pelo governo para posteriormente uma análise de suas escolhas. Seguindo do levantamento de informações para saber se o governo age com liberdade política. Nesse estágio busca-se apresentar as informações que explicam porque e para que é importante controlar os gastos públicos frente a economia.

### 3 GASTOS PÚBLICOS

O presente estudo surge a partir do momento em que cada vez mais se exige um esforço contínuo dos governantes no aperfeiçoamento das práticas de gestão. Busca-se compreender quais os critérios que o governo utiliza na tomada de decisão de alocação de gastos públicos, através de sua política e de suas escolhas que venham a fundamentar o seu processo de decisão para perpetrar uma boa política pública.

#### 2.1 ESCOLHA PÚBLICA

A escolha pública, consiste em uma análise econômica da política, onde visa explorar como a política e o governo funcionam. Seus fundamentos são baseados em uma hipótese onde as pessoas na política agem baseadas no seu alto interesse, como acontece em qualquer outra atividade.

Dias (2009), descreve que para Buchanan, os economistas estavam dando mais ênfase aos modelos de análise matemática, ao invés de compreender as decisões dos agentes econômicos. Excedendo a racionalidade econômica pelos interesses dos políticos em suas deliberações. Comenta também, que o economista busca a eficiência em suas tomadas de decisões, com a alocação ótima dos recursos escassos, enquanto o político procura a conquista e a manutenção do poder.

Este fato ocorre, devido a controvérsias decorrentes na política econômica entre economistas e políticos. Ambos referem-se a interesses desiguais frente as decisões econômicas que, deveriam estar interligadas para assim explorar melhor a política e o governo, já que a economia nos auxilia em como gastar os recursos disponíveis e assim obter trocas benéficas.

A Teoria da Escolha Pública, passa a ser entendida como uma extensão dos métodos da teoria econômica convencional no mercado político. O principal argumento diz respeito ao comportamento dos indivíduos fosse movido pela mesma motivação, maximizando o próprio interesse, de acordo com Dias (2009).

Quando tentamos entender o que acontece na economia, supomos que as pessoas são motivadas pelo próprio interesse, sendo maximizadores de utilidade. A

escola da escolha pública diz que as pessoas se comportam da mesma maneira, tanto na esfera política quanto na econômica. São os mesmos seres humanos, embora seus interesses próprios não sejam os mesmos.

Cruz (2011), argumenta que, enquanto as pessoas visam seus próprios interesses, o que por vezes traz a desordem da economia, (pois elegem políticos que na visão deles vão lhes “favorecer”. Porém estes ao se elegerem pensam em si e não para a sociedade em geral), acabam favorecendo os políticos, pois agregam valor ao seu voto, ao invés de buscar informações para uma melhoria da sociedade num todo.

Pode-se citar o custo de oportunidade para explicar o parágrafo acima, pois este é o valor atribuído a algo que se tenha de sacrificar para conseguir algum benefício em determinada situação que se almeja ganhar. É através dessas escolhas, onde as pessoas conscientemente trocam qualquer artifício de menor importância por algo de maior veemência, agindo racionalmente com interesse próprio, para obter satisfação.

Souza (1996), destaca que na perspectiva Buchaniana, sobre a organização da vida social, este investiga as razões pelas quais os indivíduos racionais e maximizadores abrem mão de sua liberdade de ação para avaliar ações coletivas. A escolha pública vem assim, tratar conceitos econômicos, analisando-os através de como as escolhas grupais são feitas.

As decisões políticas coletivas são tão econômicas como qualquer outra, elas também envolvem uma escolha entre o custo benefício, de maneira ampla, entre o que tem que ser sacrificado e o que é ganho com resultados, argumenta Butler (2013). Essas decisões tendem a influenciar uma sociedade, como por exemplo as eleições, onde milhões de pessoas tomam decisões baseadas em seu próprio interesse e isso de alguma forma reflete na sociedade.

Tais decisões são tomadas pelo representante da sociedade, que terá o poder decisivo frente ao jogo político. É através destes que notar-se-á a cooperação social e influência de um resultado eficiente, lembrando que os representantes tendem a agir racionalmente, maximizando interesses que lhes convém.

Conforme destaca Cruz (2011), a teoria da escolha pública visa buscar o que é melhor para um grupo (sociedade) perante a política, bem como o comportamento dos indivíduos (agentes públicos eleitores). Nesse processo de desenvolvimento econômico e suas consequências através de leis, normas, impostos e taxas.

O problema se dá após o resultado dessas ações, se este é ineficiente, o que acaba prejudicando a sociedade como um todo, pois tais fatores agravam-se e deixam claro para a escolha pública o desinteresse pela sociedade em si, frente a interesses individuais dos agentes políticos. Conforme Buchanan citado por Souza (1996) afirma, que todo indivíduo explora a possibilidade de organização de uma atividade coletiva, se sua utilidade tende a aumentar e eliminar alguns custos externos impostos pelas ações privadas de outros sujeitos.

Destaca ainda Dias (2009) que, o que Buchanan busca expor é que ao invés de procurar entender o objetivo da economia, a escolha pública estava preocupada com as prioridades formais de seus modelos. Rompendo com a teoria econômica convencional, tendo limitações no quadro institucional e no desenvolvimento exógeno do Estado, impedindo a análise do processo político.

As decisões coletivas do interesse público, podem tirar a satisfação dos interesses do cidadão, prejudicando a sociedade. A análise econômica tende a levar em conta o processo político decisório, já que certos comportamentos podem levar a sociedade a destruição, se esta não for colocada em prática.

Bernabel (2009), ressalta que os indivíduos têm alto interesse a procurar meios que os beneficiem em algo que almejam, buscando satisfazer suas vontades. Dessa forma, as decisões coletivas tomadas nem sempre alcançam o bem estar geral, indo contra os interesses de uma parte da população e a favor do próprio benefício da parte interessada (a maioria), que visou satisfazer suas próprias vontades.

Os representantes devem estar cientes de que através de suas ações, tem-se o resultado de como está sendo conduzida a sociedade. Esta é a visão que a escolha pública nos permite obter, pois pode-se estar maximizando interesse individual e não fazendo uso dos conceitos econômicos para melhor auxiliar no processo de tomada de decisão.

Argumenta-se também que, o comportamento das pessoas frente ao mercado e serviços, deve ser o mesmo nas decisões governamentais, sem interesses próprios e egoístas, e sim, visando a sociedade no seu todo, o que é praticamente impossível, já que todos somos maximizadores racionais. Mas, pode-se destacar que a Escolha Pública possui propostas qualificadas para amenizar e responder se estas escolhas são adequadas, conforme análise no subcapítulo a seguir.

### 2.1.1 As Escolhas Públicas são adequadas?

A teoria da escolha pública, pode nos ajudar a identificar problemas e assim limitar essas deficiências frente a interesses públicos e privados. Tem feito a diferença no funcionamento político econômico, explicando as ações e interesses pessoais dos políticos e da sociedade em geral.

Bernabel (2009), descreve que a teoria da escolha pública nos possibilita aceitar a constituição como ela foi formada, ou nos revoltamos e procuramos reformá-la. Com o objetivo de buscar uma solução intermediária do problema de interação, onde os indivíduos possam interagir, com oportunidade de extrair ganhos mútuos.

Se observarmos os pontos de melhoria dos indivíduos, teremos a região de possibilidades para um empreendimento coletivo. Para que isso ocorra, é preciso reconhecimento de determinados direitos a fim de que não haja conflitos no momento da troca e sim eficiência, buscando soluções para os problemas que surgirem, complementa o autor acima.

Para Dias (2009), os custos de organização, que são derivados de decisões tomadas coletivamente é a variável chave na análise de Buchanan. Estes deveriam estabelecer os parâmetros para escolher entre ação individual ou cooperativa, e ação coletiva derivada da política, pois o custo de organização de decisões voluntárias é zero. A existência dos custos externos explica que a origem das atividades voluntárias e cooperativas ou governamentais, está baseada em arranjos contratuais.

De acordo com Borges (2001), os acordos políticos buscam aumentar sua participação na renda nacional (benefícios do governo, cartelização de setores econômicos). Obtendo assim um número reduzido de vendedores controlando o poder do mercado, penalizando o restante dos consumidores trabalhadores, pois o equilíbrio competitivo está acima das atividades.

A escolha pública nos lembra que o processo de decisão do governo é imperfeito, ou seja, com falhas. Tanto o governo quanto o mercado são defeituosos e um depende do outro frente à economia. Por estes motivos que o autor propõe reformas no sentido de novas tomadas de decisões. Como os políticos também tem seus próprios interesses, acabam disfarçando suas demandas e prejudicando alguns consumidores.

Percebe-se então, um erro na condução da vida pública pelo governo e efeitos danosos da democracia, onde representantes através de seus interesses, regulam pessoas que por sua vez se deixam influenciar. Esses representantes tomam decisões (votações fraudulentas, tributação excessiva), e na maioria das vezes não se preocupam com os efeitos que causarão ao público real, destaca Cruz (2011).

Há, de tal modo uma competição por lucros, com desperdícios improdutivos e concentração de produtos sociais nas mãos dos poderosos, reduzindo a eficiência econômica, formando o cartel (acordo entre empresas para defender o monopólio controle de oferta e mercadoria na mão de um só). Com essas coalizões o governo prioriza o atendimento de interesses minoritários e particularistas, perdendo a capacidade de atender as demandas da sociedade na sua totalidade, explica Borges (2001).

O processo se inicia através de interesses mútuos, negócios simples acordados tanto entre eleitores e políticos, quanto entre a legislação, que implica em benefícios para os envolvidos. Essa troca de favores muitas vezes é dominante e pode tanto trazer benefícios, quanto ser negativa em seus resultados, uma vez que os benefícios são muito concentrados e os custos dispersos.

Odon (2008), descreve que os indivíduos valorizam o interesse frente ao custo benefício, ou seja, não se engajam em ações indecisas. E o papel da justiça é de distribuir bens para uma melhor situação do bem estar, onde os prejudicados sejam beneficiados, buscando uma melhora para a sociedade, maximizando o bem estar geral, reduzindo atividades ineficientes (custos mais altos), com resultados justos, onde mercado é o regulador de preços eficientes.

Ainda que ninguém seja obrigado a entrar nesses acordos e desfrutar os benefícios, essas ações podem promover proteção, ou serem usadas para oprimir a minoria. O ideal é entrar em um acordo coletivo na tomada de decisão e estabelecer regras sobre o que fazer em cima destas determinações.

Borges (2001), descreve que na democracia o cidadão se sente lesado pelo governo, quando percebe que as decisões sobre os gastos refletem apenas sobre os interessados (políticos e burocratas) e não nas suas próprias. Criam programas governamentais maximizando os orçamentos e interpretam as regras de acordo com seus interesses.

Buchanan citado por Souza (1996), condena a modificação de direitos individuais efetuada pelo governo, as melhores condições acarretariam o estabelecimento de uma ordem constitucional para todos. O controle de decisão coletiva é o que assegura ao jogo da política um resultado de soma zero, quanto mais elástico o modelo constitucional, maior o incentivo ao investimento de recursos políticos para garantir um arranjo preferencial de soma zero.

O fato de os mercadores não serem perfeitos, é o que aponta as falhas da ação do governo, o tornando por vezes ineficiente, onde a implantação de alguns programas é tomada como um mercado político. No qual agentes econômicos visam seus interesses, isolando a sociedade que fica sem reação.

Guimarães (2011), sugere que, exatamente por isso, os grupos de pressão (empresas e sociedade), devem apresentar propostas aos representantes do povo e lembrá-los que, através de um trabalho honesto e qualificado, será atendido determinado setor da população e, desse modo, propiciando um crescimento econômico para o país. Assim, os políticos tomariam decisões mais focadas em eficiência e desenvolvimento econômico, dando menos ênfase a interesses políticos privados.

Souza (1996), diz que para Buchanan o voto encerra um valor econômico, pois as decisões nas legislaturas a partir dos votos dos representantes, se compreendidas por meio de uma dimensão econômica, deveriam refletir e revelar o valor econômico do voto. Ademais, a importância da barganha leva a entender que a intensidade das preferências (positivas ou negativas) deve prevalecer na contagem das decisões.

Se a negociação acorda pela regra majoritária, é possível que os riscos inerentes ao *logrollin* (oportunidades de barganha), venham constranger o indivíduo a investir mais recursos no processo decisório, apresentando um custo muito elevado. Deve-se ressaltar, que as escolhas políticas tendem a impor algo que por fim acaba sendo elemento de coerção.

Por este fato, os políticos direcionam sua atenção aos grupos de interesse, pois é com eles que podem firmar alianças e obter incentivos em suas ações.

Dias (2009), cita Buchanan que, adentra o pensamento filosófico e formula que tanto os economistas quanto os cientistas sociais e teóricos da política, deveriam fazer uma reflexão voltada ao aperfeiçoamento das instituições políticas.

Sendo uma constituição eficaz garante que os interesses privados sejam controlados e orientados no sentido de produzir o bem público.

## 2.2 A ECONOMIA E A POLÍTICA

É necessário ter conhecimento da atividade econômica para entender o funcionamento da sociedade, e compreender melhor a economia que é tão importante na vida pessoal e profissional do indivíduo. Porquanto, ela estuda como os agentes econômicos tomam decisões e alocam recursos. Para tanto, é preciso primeiramente ter conhecimento dos conceitos econômicos principais que são escassez, bens e serviços e fatores de produção

Conceitos estes, que não serão abordados a fundo no presente trabalho, mas que sem esse conhecimento não se conseguirá entender o real objetivo entre a economia e a política. Thomas Sowell *apud* Ulrich (2014, s/p), “A primeira lição da economia é a da escassez: nunca há uma quantidade suficiente de alguma coisa de modo a satisfazer todos que a desejam. Já a primeira lei da política é ignorar a primeira lição da economia”.

Oliveira (b) (2013), diz que não se entenderá economia política como uma união, porquanto seus propósitos partem de conceitos discordantes. A economia política resulta de fatores como: a racionalização do pensamento político e filosófico, a aplicação dos métodos empíricos a questões sociais, políticas e econômicas, da emergência do capitalismo e da industrialização e das descrenças das teorias mercantis.

O autor acima mencionado destaca ainda que na época presente, o termo economia política engloba conceitos como o de divisão do trabalho, classe social e valor-trabalho, encontrando-se ligada ao renascimento de ideias marxistas e do materialismo histórico. Para compreender a convivência social, surgiu a economia política, que é a ciência que pesquisa as semelhanças sociais (Estado) e trata das leis que regem a produção, circulação e consumo de mercadoria.

A economia vem ajudar a perceber como a sociedade funciona, uma vez que, ela está interligada com a política para uma melhor organização da sociedade. É através das regras impostas pelo Estado que se realizam ações que vão em busca de um resultado benéfico para todos que nele atuam.

Entende-se então, que a economia política é definida por determinações onde o Estado impõe regras através de implementações que ocorrem através do processo político. Através do surgimento do Estado a economia e a política podem ser melhor compreendidas. Para Bastos (2014), o Estado nasceu através de uma necessidade do homem de organização, com o intuito de desempenhar a função da realização de um bem comum, regulando relações econômicas com tarefas para determinados fins almejados pela sociedade.

As decisões e suas precisões devem ser tomadas por quem foi delegada a função de organizar a sociedade. No entanto, é necessário um consenso geral, onde essas decisões tenham o mesmo peso, ou ao menos a maioria, para assim a economia e a política apresentarem semelhanças em suas ações.

Corazza (2014), diz que Marx considera que o Estado e a economia têm semelhanças estruturais essenciais, onde o Estado está aprofundado nas próprias inclusões sociais capitalistas de produção. Analisa ainda o Estado como sendo um objeto político de utilidade da burguesia, portanto, devendo ser aceito como uma fortaleza e, em seguida, destruído, por representar os interesses dos capitalistas.

Rangel (1988), refere-se que na economia socialista o Estado atua diretamente sobre a economia, onde o governo é responsável pela economia do país. Já na capitalista, as funções do governo são outras, as empresas pertencem a empresários e não ao Estado, e a riqueza é regida através das forças do mercado, ou seja, da oferta e procura.

Para Bernabel (2009), a análise política econômica deve ser um processo pela troca e não um processo de interação pelo poder, percebendo ganhos mútuos entre os agentes, com soluções melhores, estabelecendo quais áreas da vida humana um governo pode impor regras. Visar o poder e pensar só no seu bem comum não trará saídas e resultados que favoreçam a sociedade num todo. Por este motivo, se explica a importância de ambas manterem um alinhamento entre si.

A escolha pública usa da economia para explorar e explicar quão eficiente, efetivo e legítimo o governo e a política funcionam. Com o objetivo de equilibrar fatores humanos distintos até o seu financeiro, explica ainda Butler (2013, s/p) “A economia trata, na verdade, de como escolhemos gastar quaisquer recursos disponíveis (por exemplo, nosso tempo ou esforço) na tentativa de obter outras coisas que nós valorizamos mais – não se restringe a escolhas financeiras”.

O Estado é considerado um elemento político onde o governo é o principal responsável pela economia, porém é preciso que sua atuação seja em prol de recursos que tragam melhorias para a sociedade. Tornando então o governo hábil e responsável frente as soluções disponíveis e utilizadas.

Borgoni Hein e Beuren (2011), destacam também que as funções do governo para desempenhar a economia são: alocação eficiente de recursos, ajustamento e distribuição de renda. E ainda assim, em economia tendemos olhar a renda e a riqueza para identificar os interesses próprios das pessoas. Na esfera política, interesse próprio pode ser um tanto diferente. Por exemplo: se você é um político, seu interesse é ser eleito, reeleito (estar em um cargo público), e isso tudo gira em torno da sociedade.

Os padrões de preferências desse capítulo tem olhares diferenciados, devido aos interesses. Pensando em sua estrutura e inter-relação política, a economia busca acima de tudo a cooperação entre os indivíduos, a fim de que a economia de mercado se desenvolva e cumpra com as funções políticas no controle desse comércio. A posição das preferências, reside em que os interesses do maior número deverão prevalecer sobre os interesses do menor número.

Cita Souza (1996), que para Buchanan a concepção de que o jogo da política implica em um resultado de soma zero onde o que um segmento social ganha o outro perde é equivocada, pois ele identifica a política como troca de negociação, possibilitando um jogo de soma variável. As regras estabelecidas é o que dá ao governo as ações de tomadas de decisão. A sociedade através dessas normas toma as decisões coletivas, restringindo assim as escolhas e atividades econômicas e políticas.

Explana também Borges (2001), que o comportamento dos membros do governo se dá por interesse em algo, seja por renda, poder ou prestígio. Os eleitores buscam nessas propostas benefícios no futuro próximo, sem buscar mais informações nas decisões que o governo irá tomar, muito menos nas propostas da oposição e acabam não medindo o impacto que essas atitudes podem causar.

Na análise de Dias (2009), este expõe que o economista busca a eficiência em suas tomadas de decisões, com alocação de recursos escassos e o político visa a conquista e o poder. O que ele só consegue através do voto, e com isso tem atitudes que desconsideram os limites impostos pela escassez dos recursos produtivos (prometendo o que talvez não poderá cumprir).

A maneira pela qual se dá o comportamento dos indivíduos, seja no poder público ou na sociedade, é devido seus interesses pessoais, podendo acarretar em uma ausência de conhecimento política devido ao comportamento dos eleitores, uma vez que são eles quem fazem a escolha e tomam decisões tanto individuais como coletivas. A interação dos indivíduos é o que vai definir a análise econômica de uma sociedade, porém a escolha das regras será do governante que este indivíduo escolheu colocar no poder.

Como a escassez é a razão efetiva da teoria econômica, e refere-se a falta ou insuficiência de algo e está presente na sociedade humana não podemos deixar de abordá-la, mesmo que sucintamente. A escassez se dá no momento em que os nossos recursos disponíveis excedem nossos desejos e, mesmo assim, precisamos satisfazê-los. Embora, ela seja por hora ignorada, requer a priorização de algo em desvantagem de outro. Segundo Ikeda (2015, s/p):

Eis que surgem duas armadilhas, uma é o Estado entrar em todas as áreas da sociedade e a outra os políticos utilizarem os bens públicos, para fins privados. Se a existência do Estado é necessário para corrigir um custo ou benefício e melhoria de bem estar, a preocupação de Buchanan é a limitação dos poderes do Estado para limitar suas falhas.

Os políticos ignoram a existência da escassez, enquanto deveriam perceber a sua existência para ajudar a entender o que é possível frente a um conjunto de opções. Cleto e Dezordi (2002), lembram que é papel do governo, trabalhar pelo bem da comunidade em geral, dando ênfase no crescimento econômico através das atividades econômicas, da boa administração, do provimento de bens e serviços, da busca de uma igualdade social e da estabilização dos agregados macroeconômicos (taxa de inflação e desemprego), fazendo uso de alguns instrumentos políticos.

Uma fiscalização da sociedade frente as políticas públicas tende a trazer progressos e eliminar a distinção de alguns agentes econômicos. Embora a realização dessa inspeção não ocorra de forma eficaz, funciona como um empenho em torno dos objetivos comuns. Sendo necessário um conjunto de ações entre poder público e sociedade para garantir alguns desses direitos.

Contudo, a ocasião da teoria da escolha pública consiste em construir uma ordem política democrática constitucional, onde além de estabelecer áreas de

atuação do governo traz regras das questões rotineiras da política. Uma fusão dos campos da economia e da política, cujo interesse está na escolha coletiva e para conhecê-la é preciso reduzi-la a decisão individual, onde o indivíduo é auto interessado e adota a regra de otimização como regra de tomada de decisões, segundo Bernabel (2009).

Analisar os erros governamentais juntamente com as decisões econômicas, visando solucionar os problemas políticos é uma das intenções da escolha pública. Para expandir nosso entendimento do tema em questão no sub capítulo adjunto será estudada a forma de trabalho do governo, abordando se este tem liberdade política em suas ações.

### **2.2.1 O Governo age com liberdade Política?**

O Governo é descrito como o estado de bens públicos, onde que o Estado e a escolha pública tem duas responsabilidades: o Estado protetor, que deve proteger os direitos individuais, principalmente nossa propriedade, e o Estado produtivo, onde fornece os bens públicos e lida com as externalidades comentadas anteriormente.

Não é de sua responsabilidade segundo a teoria pública ter qualquer forma de estado assistencialista. Costa (2011), comenta que desde a criação do Estado há preocupação com a prestação de contas dos recursos públicos, o que tem aumentado devido ao incremento das funções da gestão pública, tornando imprescindível a alocação eficiente dos recursos, para proporcionar melhores condições de vida à população, sendo direcionados no combate de causas dos problemas sociais.

Seríamos mais ricos e poderíamos dar parte da nossa riqueza para o governo. Todos nessa sociedade estariam melhores, assegura Souza (1996), pois o Estado pode ser vantajoso para todas as partes envolvidas, podendo ser visto como instrumento de objetivos compartilhados, com relações de soma variável.

A criação do Estado, com seus governantes e participantes, se deu para uma melhor organização da sociedade e seus negócios. Vale ressaltar que vários elementos constituem o mercado político (a sociedade em geral), o ramo da escolha pública e o mercado da teoria econômica é aplicado a política onde são tomadas decisões coletivas sobre os bens públicos.

Gotinjo E Maia (2004), explanam que os resultados das ações governamentais influenciam a posição de poder dos participantes, já que os interesses humanos são variados e o ambiente organizacional é complexo, a validade de uma política é demonstrada através de uma descrição e de políticas alternativas, podendo ser classificada como adequada ou não. Passando a ser considerada como uma aproximação sucessiva em direção ao objetivo almejado.

A principal lição da escolha pública, é que a maior parte dos problemas na política, ocorrem não porque as pessoas que estão nos cargos e nos governos são pessoas de má índole. Seria ingenuidade achar que algum político vai jogar o jogo sem pensar na sua próxima eleição. Os políticos pensam no seu bem comum, mas também pensam na sua carreira.

Gotinjo e Maia (2004), complementam ainda que em benefício de uma melhor posição de poder, o modelo político leva a entender que o comportamento do grupo vem a compreender a política de decisão da organização. Sendo fundamental para equilibrar divergências e objetivos, já que é impossível haver uma completa harmonia entre as pessoas.

Butler (2013), comenta que o fato de o governo obrigar ou não as minorias a concordar com a decisão da maioria, é o que torna este estudo importante. Ressalta até, que a teoria da escolha pública pode também ajudar a entender como as decisões governamentais são feitas por meio da teoria econômica, identificando problemas e propondo maneiras que possa limitar os mesmos.

Aceita ao mesmo tempo, que as decisões coletivas são necessárias para algumas questões referentes a ações comunitárias, pois as pessoas ao tomarem decisões públicas, são motivadas pelo interesse próprio como qualquer outra. Uma vez que segundo os economistas as pessoas são maximizadores racionais aonde designam suas satisfações.

Ainda assim, Gotinjo e Maia (2004), argumentam que o processo administrativo é um procedimento decisório e permite não somente a integração da escolha, mas também sua socialização. Além de racionalidade na organização, mediante uma análise cuidadosa, que pode ajudar nos fatores de eliminação de riscos e incertezas frente as decisões, mesmo percebendo que haja limites humanos no ato de processar informações.

Os assuntos das decisões coletivas englobam desde as pessoas que determinam seus votos, dos parlamentares e dos governos. Deliberações essas, que

são interligadas por interesses e escolhas frente soluções ou objetivos. Portanto é imprescindível obter informações sob tais decisões e analisar a real necessidade das mesmas.

De acordo com a escolha pública, a maioria das leis e programas governamentais são impulsionados pela minoria das pessoas, pela concentração de beneficiários dessas políticas. Sem aproximadamente nenhuma influência daqueles que pagam os custos, no caso consumidores e pagadores de impostos.

Conforme Butler (2013), a escolha pública procura ser fonte de informações frente a política, explicando o desenvolvimento dos indivíduos sob diferentes instituições parlamentares. Votar e legislar são interesses nos quais os indivíduos podem buscar, porém seus votos são de forma tática nas eleições, deste modo o voto acaba não refletindo as opiniões do eleitorado.

Comentando sobre as organizações Gotinjo e Maia (2004), dizem que estas manejam recursos e geram opções sociais econômicas, com um maior controle sobre os ganhos. E os dirigentes tomam decisões num processo organizacional limitado, pois precisam enfrentar rapidamente os problemas, porque muitas vezes são surpreendidos pela divisão do processo decisório. Isso se explica através do conceito de benefícios concentrados e custos dispersos, ou seja, os benefícios concentrados através de um programa do governo nas mãos de um número pequeno de pessoas, enquanto os custos desses programas são distribuídos entre a maioria das pessoas.

Mediante processos de planejamentos, Souza (1996), nota que os governos tendem a tornar suas análises mais racionais, que a análise convencional é considerada como uma alternativa a política e a partidária entende-se como parte da interação da política. É possível avaliar a distribuição dos direitos que valoriza a eficiência econômica no sentido da vida social. Implicando em ganhos mútuos, pois um acordo entre as partes sempre será vantajoso para todos.

Por meio dos custos de oportunidade (que não podemos deixar de comentá-lo no estudo), onde ao fazer uma escolha a pessoa está renunciando a outra. No caso do governo, este precisa pesar o custo da oportunidade frente a alocação de seus recursos no seu exercício de democracia, para assim buscar a realização de um trabalho correto com ação de liberdade frente a sua política econômica.

Pode-se deixar claro, que os métodos democráticos contém falhas, o que não impede o emprego do aperfeiçoamento desse exercício. É o que afirma Oliveira (a) (2013), se faz necessário entender sobre o custo de oportunidade para melhorar as tomadas de decisões diárias e assim evitar sérias consequências futuras. Sendo essencial termos a capacidade de selecionar e estabelecer prioridades para aceitar boas decisões e executar trabalhos de maneira eficiente e eficaz.

Geralmente a política econômica do governo acaba ignorando as leis econômicas, porém essas tem ação sobre todas as pessoas, inclusive o governo. Ulrich (2014), diz que o “Aumento de preços, portanto, é uma mera consequência da inflação. A desvalorização da moeda é a consequência dessa política de inflação.” A busca para um entendimento mais claro do presente estudo seguirá para a linha da inflação perante as decisões econômicas do governo no capítulo seguinte.

Podemos observar que é através do Estado que se toma as decisões sobre a organização da sociedade, no entanto a maior parte dos problemas frente esta organização surgem devido as ações racionais dos indivíduos, que acabam olhando para seus interesses ignorando o processo político. Acarretando em falhas diante do interesse pelo conhecimento econômico entrando em conflito muitas vezes com o processo inflacionário e a sociedade, como será abordado no próximo capítulo.

### 2.3 GOVERNO E A INFLAÇÃO

Inflação é o aumento generalizado dos preços, que conseqüentemente atinge aproximadamente todas as coisas e geralmente é causada pelo dinheiro e pelo consumo, com tudo mais caro, o poder de compra diminui e o dinheiro se desvaloriza. O processo inflacionário é vastamente discutido na literatura econômica, com buscas por explicações para o fenômeno da inflação, a formação de preços é uma das medidas que modificou o crescimento das empresas e deixou a economia dependente externamente. Uma vez que através do desenvolvimento das empresas as políticas públicas arrecadam tributos e interferem no crescimento econômico.

Guimarães (2011) ressalta que inclusive perante o crescimento das empresas, as políticas públicas tem um impacto na arrecadação de tributos baseados na inflação e crescimento econômico, tendo sua competência medida comparando os resultados alcançados com os recursos disponíveis. Voltando-se

para o controle da inflação, o governo usa três políticas: a fiscal, a monetária e a cambial, no presente trabalho cita-se a fiscal e a monetária.

O autor menciona ainda, que a ideia dessas políticas é minimizar a amplitude do crescimento econômico desarranjado, porque quanto maior o crescimento, maior será o impacto refletido na população diante a uma crise financeira. Procurando atender e resolver as questões que surgem diante do crescimento econômico, a política pública produz efeitos no Estado e na sociedade. Com ações voltadas na defesa de seus interesses.

Borgoni, Hein e Beurer (2011), relatam ainda que a política fiscal é um instrumento de estabilização econômica que é composto de um conjunto de ações. Onde o governo injeta (expandindo a demanda agregada, introduzindo recursos no setor privado) ou diminui recursos na economia (contraindo a demanda através da redução de gastos e repercutindo por bens e serviços no setor privado, ou elevando o nível de tributação).

A política fiscal se dá através do uso de recursos públicos, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento econômico de um país. Ela é articulada pela arrecadação de impostos, o que influencia na disponibilidade de dinheiro em circulação no mercado que por sua vez leva o governo a controlar a taxa de inflação.

Além de influenciar nos gastos governamentais, que de tal modo geram repercussões no setor produtivo da economia. Visando diminuir o consumo da população na política fiscal, o governo eleva os impostos para assim diminuir o poder de compra das pessoas, já que com mais impostos a pagar as pessoas tem menos dinheiro, o que as fará encurtar o consumo, complementam Borgoni, Hein e Beurer (2011).

Os governos que necessitam abater a taxa de inflação restringem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros e assim controlam o preço. Se as taxas de juros permanecem altas por um período, a economia deixa de aumentar o crescimento econômico. Significa então, que o governo pretende com isso controlar a estabilidade de preços da economia, para baixar a mesma teria que tornar a liquidez maior (colocar mais moeda em circulação), ocorrendo assim uma elevação nos preços, apontam Cleto e Dezordi (2002).

Estudos analisam a política fiscal e suas relações com o longo prazo, no qual o crescimento econômico no estado estacionário é determinado pelo crescimento exógeno, e o papel da política fiscal se dá durante a transição de um estado

estacionário para outro. Já nos modelos de crescimento endógeno, o papel da política fiscal tem efeitos permanentes no crescimento econômico, os indivíduos diferem entre si, o que gera conflitos que são resolvidos pela política fiscal através da redistribuição fiscal, distinguem Borgoni, Hein e Beurer (2011).

Segundo Cleto e Dezordi (2002), é a política monetária que controla a oferta de moeda na economia e assim determina a taxa de juros referente no mercado, visando estabilizar o nível de preços geral da economia. A política fiscal consiste em elaborar e organizar o orçamento do governo, demonstrando as fontes de arrecadação de gastos públicos de um determinado período.

Com o desígnio de atingir a demanda, os governos inibem o consumo com altas cargas de impostos. Integrando-se com a política monetária, pode-se haver redução nas taxas de juros e estímulos a investimentos. Ainda no campo da política monetária Borgoni, Hein e Beurer (2011), destacam também que o governo dificulta os bancos a emprestar dinheiro a população, pois esta já está sem dinheiro devido ao aumento dos impostos, enfraquecendo automaticamente o poder de compra das pessoas, o que freia o consumo e estabiliza a inflação. Lembrando que o governo consolida a inflação diminuindo a velocidade desse consumo.

Nota-se que a política monetária não afeta as variáveis reais da economia, e seu objetivo é manter uma taxa de inflação baixa e estável, sem violar a política de estabilidade dos preços. Propondo assim, uma meta de crescimento para um determinado índice de preços anunciado pelo governo, tendo por finalidade um período de tempo até alcançar as metas de inflação.

Junior (2001), relata com as análises tributárias, que pretende-se conseguir a divisão de verbas entre diferentes setores dos recursos públicos, definidos pela escassez. Onde na escolha das regras de união de preferências é se estas cumprem um efeito de mudança ou se mantêm presente no mundo material, tendo em vista os custos daí advindos.

Esclarece ainda o autor acima, que isso é o que realmente limita o exercício de poder e os níveis de desigualdade sociais no Estado. Sendo de extrema importância a atenção dos órgãos de controle, de fiscalização e gerenciamento dos gastos para identificar ineficiências, antecipar problemas e captar desvios financeiros para uma boa política efetiva de avaliação dos gastos públicos. Sugere além disso Buchanan (1949) *apud* Dias (2009, p. 204):

A teoria e a prática das finanças públicas deveriam ser revisadas para relacionar a distribuição individual do custo público à distribuição individual de benefícios, de modo que as pessoas pudessem visualizar o que eles recebem em troca dos impostos que pagam.

Quando o dinheiro circula mais, está tendo um incentivo à produção de riqueza, o que melhora o padrão de vida da população e conseqüentemente inicia-se o aumento dos preços, devido ao dinheiro que está em movimento para o crescimento da economia. Cabe ao governo controlar a quantidade de dinheiro em circulação para manter a inflação sob controle. Como será analisado a seguir, através da ação do governo e sua influência no bem estar social.

### **2.3.1 A ação do governo influencia no bem-estar social?**

O Estado foi criado com um intuito de desenvolvimento nacional, com atuação na economia de forma a regular, fiscalizar e incentivar o crescimento dos mercados que nele atuam. As ações do governo são essenciais para se alcançar o bem estar social e impulsionar o crescimento econômico.

Dellaghezza (2012), descreve a razão da existência de um Estado é proporcionar a seu povo um incremento a nação, promovendo o bem de todos. Motivo este que depende do tempo de desejo de mudança de cada sociedade. Faz-se necessário que para isso o Estado disponha de recursos, para aplicá-los nas ações políticas competentes de empenhos da sociedade. Recursos esses derivados de impostos pagos pela sociedade. Mencionando o bem-estar econômico Henderson e Quandt (1973, p.247) descrevem:

O objetivo da economia do bem-estar é a avaliação da aceitabilidade social de estado econômicos alternativos. Um estado econômico é um arranjo particular das atividades econômicas e dos recursos da economia. Cada estado é caracterizado por uma diferente alocação dos recursos e uma diferente distribuição das recompensas pela atividade econômica.

O sistema de proteção social, tornou-se visto como fundamento da política, com comprometimento do governo. Permitindo visualizarmos a estrutura de

segurança social. O potencial que os serviços sociais possuem para impulsionar o crescimento, geralmente são poucos aproveitados devido a limitação de recursos, que acaba dificultando a expansão deste, explica Benevides (2011).

Ao relacionar a inflação com o bem-estar, pode-se notar que esta apresenta custos e benefícios à economia, como preços e salários. Podendo por hora gerar desvalorização da moeda, implicando no bem estar. Conforme Lauria (2015), o governo aumenta a taxa de juros para conter a inflação e os juros por sua vez são parte da política de ajuste monetário em vigor no país. A inflação é o efeito do aumento dos preços, ao elevar a taxa de juros, o governo amplia o custo do crédito, que por sua vez diminui o consumo. Pela lei da oferta e da demanda, quando há enfraquecimento de demanda frente a oferta, os preços tendem a cair.

Quando se encontram elevadas é devido ao aumento do gasto do governo (gasta mais que arrecada), e a poupança que geralmente é baixa. Outro ponto é a dominância fiscal, que devido a uma dívida, busca-se pelo aumento dos juros (juros superiores e dívidas culminantes formam um equilíbrio múltiplo), estabilização essa ruim para a economia. A incerteza jurídica também tende a deixar as taxas de juros elevadas, pois ela está relacionada com elevadas dívidas e os empréstimos. Os autores Henderson e Quandt (1973, p.247-248) relatam ainda:

No sentido mais amplo, o bem-estar de uma sociedade depende dos níveis de satisfação de todos os seus consumidores. Mas quase todas as alternativas a serem julgadas pelos economistas do bem-estar têm efeitos favoráveis sobre certas pessoas e desfavoráveis sobre outras.

Referindo-se aos partidos políticos Oliveria (c) (2011), comenta que, além de agregar preferências estes, influenciam a formação de políticas públicas, ligando a concepção dos regimes de bem estar social, frente as necessidades da população, proporcionando serviços ou rendas. A política social é um conjunto de relações e estratégias, que produzem transformação. Garantindo a proletarização dos trabalhadores e assim respondendo as estruturas das oscilações da economia.

Ao estudar as taxas de juros, pode-se observar diversos fatores que as relacionam com o governo e suas ações, estas tanto em alta quanto em baixa, estão associadas aos títulos da dívida pública e seus pagamentos. Se estes estiverem sob

controle, ela permanecerá estável e controlada. Se encontrarem-se elevadas é devido ao aumento dos gastos do governo.

Hazlitt (2014), diz que uma delongada inflação tende a desequilibrar e desorganizar a produtividade da economia. Desestimulando-a causando desperdício de recursos escassos e aumento do desemprego, que permanecerá enquanto o salário estiver acima do valor de mercado.

Benevides (2011), afirma que, não se pode negar a importância das ações do governo no bem estar social. Pois, pode-se classificá-la como um projeto de desenvolvimento, o que, pode tornar-se em investimentos e resultar na melhoria dos indicadores econômicos. Tanto na expansão de emprego, quanto na redução de desigualdade.

Dessa forma o Estado atua na economia como agente regulador, fiscalizando e incentivando o regime de livre competição. Para que haja um crescimento com sustentabilidade, progressos e melhorias na sociedade em geral, complementa Dellagnezze (2012).

Portanto teria que reduzir o tamanho do estado, nesse caso no endividamento, déficit público entre outros e produzir incentivos para o aumento da poupança. Ter uma meta de inflação menor, além de lutar contra o risco de crédito que há na economia, que o torna mais alto gerando uma taxa de juros para o consumidor e para as empresas.

Outra sugestão pensada é a poupança pública que age por diversos canais, e é um caminho para uma taxa mais civilizada. Ela diminui o risco do país, gera efeitos sobre a redução da dominância fiscal e reduz a inflação, atuando por canais que a poupança privada não operaria, sendo a variável macro para alcançar o equilíbrio interno e externo na economia.

Lauria (2015), diz que se há aumento na taxa de juros, o crédito se torna mais caro, o que muitas vezes impede as empresas e as pessoas de tomar empréstimos e financiamentos, para evitar endividamento. Conseqüentemente, para o governo tornou-se mais custoso tomar dinheiro emprestado, no entanto com os juros mais elevados o governo paga mais para quem emprestar dinheiro a ele. Então o investimento de dinheiro em títulos públicos, através do Tesouro Direto, os retornos são superiores aos existentes antes da elevação da taxa de juros.

Os mecanismos por onde a política monetária afeta a taxa de inflação, é uma mudança na taxa de juros que acarretará em juros mais longos, o que irá prejudicar

o consumo e o investimento, que por sua vez exercerá influência sobre a demanda que afeta a inflação. Se você bloquear esses mecanismos de transição, a taxa de juros terá que ser mais alta, o que explica o porquê as taxas de juros serem mais altas.

Para Hazilitt (2014), orçamentos deficitários são decorrentes de consumos extremos, onde o governo não consegue cobrir utilizando somente suas receitas de impostos, os dispêndios exagerados são recorrentes principalmente pela redistribuição de renda e riqueza que parte do governo privilegiando setores. O governo retira recursos dos setores produtivos para sustentar os improdutivos, o que acaba por desestimular os incentivos trabalhistas.

Pode-se considerar então, que regimes de metas de inflação bem estruturados, tendem a aperfeiçoar a composição governamental e combater o aumento generalizado de bens e serviços. Uma vez que, o processo inflacionário é de difícil controle. Com isso, os interesses entre política e economia conflitam-se, dificultando a luta contra a desigualdade social entre ricos e pobres. Dellaghezza (2012, s/p) destaca:

A função básica desse modelo de Estado consistia em fornecer à sociedade, como direito, remuneração e renda para uma vida digna, alimentação, saúde, segurança e, principalmente educação de qualidade, além de uma consistente infraestrutura de transporte, lazer e cultura. Assim, o Estado era responsável por garantir a manutenção desses direitos, permitindo-se atuar como agente, de forma direta na sociedade e principalmente na economia. Preocupou-se o Estado em garantir uma distribuição de renda, de modo que todos os indivíduos participassem da riqueza existente.

Ao fazer referência do capítulo em questão Vilela (2014), referindo-se ao liberalismo político nos relata, todos os homens nascem livres, governados pela razão, no entanto há algumas razões como o julgamento de algo por exemplo, que leva o problema a um consentimento coletivo. Fundamenta-se então o Estado, como a sociedade política que vem preservar a propriedade dos cidadãos e proteger a sociedade. Acrescenta também Pianheri (2014, s.p):

O liberalismo é uma corrente política que abrange diversas ideologias históricas e presentes, que proclama como o único objetivo do governo a preservação da liberdade individual. É um modo de entender a natureza humana e uma proposta destinada a possibilitar que todos alcancem o mais alto nível de prosperidade de acordo com seu potencial, com o maior grau de liberdade possível, em uma sociedade que reduza ao mínimo os inevitáveis conflitos sociais. Ao mesmo tempo se apoia em dois aspectos vitais, que dão forma a seu perfil: a tolerância e a confiança na força da razão.

O estudo vem revelar que é preciso obter um planejamento de cada programa para evitar que as estratégias econômicas criadas pelo governo muitas vezes contra si mesmo lhe impossibilitem de manter uma política pública sustentável, ou de prosseguir com as melhorias sociais. Evitando com isso que o endividamento não venha acarretar na inflação e no crescimento econômico, como veremos no capítulo a seguir o controle dos gastos públicos bem como seus efeitos frente a economia.

## 2.4 CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS

O governo arrecada dinheiro através da cobrança de tributos e ele não pode gastar esse dinheiro como bem quiser. Existem despesas obrigatórias que o governo não pode deixar de fazer, como o pagamento de dívida pública, o salário dos servidores, as aposentadorias, os benefícios como auxílio maternidade e auxílio doenças, transferências das constituições para Estados e municípios entre vários outros.

Para Junior (2001), a preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente a seus impactos no crescimento econômico. Muitos trabalhos sugerem que esses consumos podem elevar o crescimento econômico e aumentar a produtividade do setor privado, mas também uma expansão dessas despesas financiadas por impostos e ineficiência na alocação de recursos podem superar os efeitos positivos deste custo ou benefício.

Podemos observar que o crescimento dos gastos públicos é decorrente dos interesses dos eleitores, políticos e burocratas, estes e a burocracia crescem e tornam a empresa pública menos eficaz que a empresa privada, afirma Dias (2009). Se as despesas obrigatórias aumentam muito, sobra pouco para fazer outros gastos que também são importantes para o desenvolvimento do país. Como financiamento

de pesquisas científicas, melhoria de ensino, modernização de hospitais, construção de estradas por exemplo, que podemos chamar de despesas discricionárias.

Mendes (2011), destaca que cada programa público gera benefícios para um grupo específico de pessoas, com um resultado de estímulo aos beneficiários. Seus custos são pagos por contribuintes, que por sua vez tem menos incentivos em protestos contra aumentos de gastos e carga tributária. O que desequilibra a balança em favor da expansão dos gastos do governo e desperta o crescimento da economia no curto prazo, porém prejudica o crescimento em longo prazo do país, causando danos no aumento da produtividade, inovação, concorrência, flexibilidade do mercado de trabalho e a competitividade dos exportadores no mercado externo.

O que acontece com o orçamento público, é que os gastos indispensáveis deixam pouca margem para as outras despesas, que são as que o governo pode decidir o que fazer. Para ampliar as despesas discriminatórias e investir na infraestrutura do país, é importante calibrar bem as despesas obrigatórias e garantir a aplicação eficiente e eficaz dos recursos que sobram. Porque se isso não for feito a alternativa que resta é cobrar mais imposto.

Portanto, no orçamento público não existe mágica, se algumas despesas não estão sendo feitas, é porque os recursos estão sendo direcionados para outros gastos ou podem não estar sendo bem aplicados. Cabe a sociedade acompanhar essas decisões. Para Rangel (1988), o setor público visa a solução dos problemas que a iniciativa privada não tem condições de resolver, além de oferecer incentivos a empréstimos. Porém muitas vezes pecam preferindo importar os bens de serviços que podem ser produzidos no próprio território, desestimulando empresários e empresas.

Os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível, acima do qual o aumento dos mesmos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança. Os insumos privados não são substitutos dos gastos públicos, então estes são complementares aos investimentos privados. Supõe-se que os gastos sejam financiados por uma tributação proporcional a renda, com orçamento equilibrado para que não haja endividamento público.

Junior (2010, s/p), comenta que: “O tamanho ótimo do governo é dado pela condição em que cada centavo marginal aplicado em bens públicos deve ser igual ao que se obtém desse bem em termos de produto marginal.” O gestor público elabora um plano de gastos para melhor utilizar os recursos públicos e atingir os

objetivos recomendados pela constituição federal. Além de realizar determinadas políticas públicas benéficas a organização de empresas, acrescenta Guimarães (2011).

Sobre os gastos públicos produtivos, avaliou que estes tendem a afetar o crescimento econômico no longo prazo, já os improdutivos não afetam o crescimento no longo prazo, afirmam Borgoni, Hein e Beurer (2011). A ação do governo é tentar estimular o crescimento econômico e a igualdade social. Para tal estímulo é preciso impor impostos que incidem sobre o faturamento de empresas além de custos a sociedade.

O desenvolvimento econômico e social é prejudicado no momento em que o governo cresce extraordinariamente e os custos de suas ações superam seus benefícios. Para sustentar essa expansão é necessário impor tributos a sociedade, como as fontes de renda, consumo e patrimônio são limitadas, o governo opta por impor custos excessivos a sociedade observa, Mendes (2011).

Ainda nessa linha, os gastos públicos podem elevar por meio do aumento da produtividade do setor privado. O crescimento endógeno ressalta que as externalidades positivas dos bens públicos elevam os retornos desse setor. Uma expansão dos gastos públicos financiados por impostos distorcidos e a ineficiência da alocação de recursos podem superar o efeito positivo dessas externalidades.

Junior (2001), interpreta que os bens públicos são em grande parte bens superiores (parques, equipamentos escolares, auto estradas...) e quanto mais a renda aumenta, maior é a demanda por esses bens. Souza (1996), esclarece que Buchanan emprega o bem público como aquele que é consumido conjunta e simultaneamente por todos da comunidade, onde todos os membros receberiam na mesma proporção as quantidades do bem. Do ponto de vista da economia política, os bens distribuídos de forma igual para todos tem um custo de distribuição zero.

Na resolução os gastos produtivos, são aqueles em que os benefícios sociais marginais dos bens públicos são iguais aos custos marginais para obtê-los, sendo utilizados para que atendam aos objetivos propostos com menor custo possível. Já os gastos improdutivos são considerados um desperdício para a sociedade.

Para um bom controle e melhor produtividade dos gastos públicos, é preciso identificar os objetivos primários de cada programa de gasto, evitando assim dispersão e desperdício. Algumas medidas podem afetar a produtividade dos gastos públicos, o que acaba gerando desestímulo e perda de pessoas qualificadas. Alguns

programas de subsídios podem gerar distorções e acabar beneficiando pessoas acima do objetivo proposto, explica Junior (2001).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos interesses econômicos e da necessidade de eficiência e transparência governamental, buscou-se através da realização deste trabalho, uma igualdade social entre economia e política, para que haja boa influência igualitária. Com o objetivo de determinar a importância dos gastos públicos, beneficiando o crescimento econômico, procurando entender as decisões e interesses para que uma gestão seja adequada e organizada, através do processo de tomada de decisão do governo.

Embora a motivação das pessoas não seja pelo interesse próprio, sua motivação se dá pelo próprio interesse. Onde tomam decisões racionais, maximizando os interesses que melhor lhes convém. Surgindo assim, os resultados muitas vezes ineficientes, que acabam por prejudicar a sociedade. Lembrando que as decisões tomadas se iniciam desde as pessoas da sociedade, até ao tomador de decisão no poder público.

O estudo vem esclarecer também forma que os gastos públicos são conduzidos. Mostrando-nos os problemas e limitando as deficiências, já que o processo de decisão do governo é imperfeito. Assim como o mercado, que mesmo sendo defeituoso vem apontar as falhas nas ações governamentais.

Para tanto, o governo precisou pesar os custos de oportunidade frente a alocação de recursos, para a realização de um trabalho correto e assim minimizar a amplitude do crescimento econômico desorganizado. Uma vez que a economia e a sociedade apresentam fatores determinantes para a ação governamental, pois o processo entre cidadania e política sofre interferência ao intervir na sociedade ou na economia. Relacionando-se aqui a taxa de juros que junto com a economia e o governo se inclui, se está elevada é devido aos gastos do governo terem aumentado, frente a incentivos de consumo.

Através da escolha pública, procurou-se entender como a política e o governo funcionam, para que ambos trabalhem em conjunto pelos mesmos interesses. Com o intuito de que os indivíduos tenham os mesmos interesses, tanto na política quanto na economia, através de ações racionais nas escolhas que lhes traga satisfação e benefícios.

Embora as decisões coletivas sejam escolhas entre custo/benefício, há uma grande influência na sociedade, com resultados racionais que podem beneficiar ou

não esta. O resultado dessas ações refletirá na organização e ajudará a entender se a economia e a política estão tendo limitações e impedindo análises do processo político, que por vezes pode prejudicar a população.

As atitudes da sociedade também influenciam nas decisões governamentais devido a seus interesses, levando a identificação de problemas públicos e privados. Por isso a escolha pública vem nos indagar a refletirmos se aceitamos tudo como está na economia e na política ou vamos em busca de uma solução, com melhorias para os problemas que tendem a surgir.

Com tudo, o processo decisório do governo nunca será perfeito, e o erro maior é as influencias que se deixam levar entre representantes públicos e sociedade, pois visam seus interesses próprios, ou seja, só o que lhes convém. Que por sua vez, gera uma competição implicando em melhorias, para os envolvidos e prejudicando uma parte da sociedade.

Muitas vezes as falhas governamentais se dão devido a imperfeição dos mercados, que priorizam a implantação de programas, favorecendo seus próprios interesses, prejudicando a sociedade. Para tanto deve-se haver propostas de ambos os lados (políticos e população) para um trabalho honesto, que propicie o crescimento econômico, com decisões no bem estar geral.

Notou-se então a necessidade do conhecimento econômico para uma compreensão do funcionamento da sociedade diante da economia política. Uma vez que é o Estado que impões regras para uma melhor organização da sociedade. As decisões tomadas devem obter um peso para que a economia e a política tenham ações idênticas, com responsabilidades e buscas por melhores soluções governamentais.

Devido aos interesses a economia buscou a cooperação dos indivíduos para que se cumpra os papéis políticos. A política é uma negociação, com regras estabelecidas que auxiliam o governo nas tomadas de decisões e o comportamento dos membros do governo se dá por interesses, o que leva os eleitores a se beneficiar, podendo encadear ignorância política frente ao comportamento eleitoral.

A união da economia e da política procurou solucionar as dificuldades políticas econômicos do Estado, em sua prestação de contas de recursos públicos. Identificando problemas e propondo soluções para os mesmos, permitindo eliminar riscos nas tomadas de decisões.

Através do custo de oportunidade o governo buscou a realização de um bom trabalho, pois melhora suas tomadas de decisões, executando tarefas mais eficientes. Baseado na inflação e no crescimento econômico, as políticas públicas comparam os resultados alcançados, produzindo efeitos na sociedade.

Ao fazer o uso da política fiscal o governo visou estabilizar a economia, injetando ou diminuindo recursos públicos, contribuindo com o desenvolvimento econômico do país. Para baixar a taxa de inflação e controlar os preços, o governo diminui a oferta monetária e aumenta a taxa de juros.

Tudo isso pode ser reforçado por um paradoxo interessante, as pessoas odeiam o congresso, mas amam os seus congressistas. Este elemento é como qualquer outra pessoa, tem seus próprios interesses pessoais, neste caso o empenho é para ser reeleito. O que significa que ele tem incentivos para apoiar leis baseadas em sua campanha de reeleição, não no bem comum, tendendo a induzir a corrupção e troca de favores por contribuições de campanha.

Cuidar com o endividamento do país é fundamental para que não seja necessário aumentar as taxas de juros. Um bom regime de metas de inflação, tende a evitar conflitos entre processo inflacionário e sociedade. O controle dos gastos públicos se deu ainda através de seus impactos no crescimento econômico, que pode elevar o crescimento ou expandir as despesas públicas.

Cada programa público gerou benefícios para algum grupo, se bem direcionado o gasto público. Podendo até gerar externalidade positiva, se bem aplicado e avaliado como produtivo ou improdutivo, onde afeta ou não o crescimento econômico. Os gastos públicos produtivos buscam atender os objetivos com um menor custo possível, uma vez que os gastos improdutivos só trazem desperdícios.

É preciso obter identificação e planejamento de cada programa de gasto, para que este seja bem executado evitando os desperdícios. Como em toda pesquisa, há limitações que podem surgir no decorrer do trabalho, neste caso não é diferente, por exemplo, referente a análise qualitativa os obstáculos enfrentados sobre a ilusão da transparência, bem como o deslocamento entre descrições empíricas e teóricas que além de poder parecer o que não é, podem levar a tomada de decisões iniciais como definidas. É importante ter visões de longo prazo, para que as ações de curto prazo apontem na direção correta, onde o governo não fique e nem torne a população refém dos juros e dos gastos públicos, que por hora são muitas vezes mal administrados.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Juliana C. R. **O poder do estado em regular as relações econômicas.** Publicado em: 2014. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleta-Externa/Juliana-Bastos.pdf>> Acesso em: mar. 2015.

BENEVIDES, Cláudia V. **Um Estado de bem estar social no Brasil?** Publicado em: Fev. 2011. Disponível em: <[http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES\\_no\\_Brasil\\_\\_2\\_dissertacao\\_benevides.pdf](http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES_no_Brasil__2_dissertacao_benevides.pdf)> Acesso em: out. 2015

BERNABEL, Rodolpho T. **Teoria da escolha pública. Uma introdução crítica.** Publicado em 2009. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8131%2Ftde-23112009-124613%2Fpublico%2FRODOLPHO\\_TALAISYS\\_BERNABEL.pdf&ei=teQMVefxLlvHsQSy2YDYDQ&usg=AFQjCNGA3giAxCOB\\_QErqr561Ngxs7SNIA](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8131%2Ftde-23112009-124613%2Fpublico%2FRODOLPHO_TALAISYS_BERNABEL.pdf&ei=teQMVefxLlvHsQSy2YDYDQ&usg=AFQjCNGA3giAxCOB_QErqr561Ngxs7SNIA)> Acesso em: mar. 2015.

BORGES, André. **Democracia versus eficiência: A teoria da escolha pública. Publicado em 2001.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313609008>> Acesso em: mar. 2015.

BORGONI, N. M; HEIN, N; BEUREN, I. M. **Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região sul do Brasil.** Publicado em 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000100008)> Acesso em: mar. 2015.

BUTLER, Eamonn. **O que é escolha pública? Introdução.** Portal Libertarianismo. Set, 2013. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/o-que-e-escolha-publica-introducao/>> Acesso em: jun. 2015.

CLETO, Carlos I; DEZORDI, Lucas. **Políticas econômicas.** Publicado em 2002. Disponível em: <<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/economia/2.pdf>> Acesso em: mar. 2015.

CORAZZA, Gentil. **O estado capitalista na economia política de Marx.** Sociedade Brasileira de Economia Política. Publicado em: 2014. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2996>> Acesso em: jul. 2015

COSTA, Ivy S. **Eficiência técnica municipal na alocação de gastos públicos no estado do Paraná.** Publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB3112.pdf>> Acesso em: mar. 2015.

CRUZ, Antonio A. B. R. **Teoria da escolha pública – Uma visão geral de seus elementos sobre a ótica de Gordon Tullock em sua obra “Government failure”.** Revista Virtual. Publicado em: 2011. Disponível em: <

<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/antonioaugustocr uzteoriadaescolhapublica.pdf>> Acesso em: mar. 2015.

DELLAGNEZZE, René. **O estado de bem-estar social, o estado neoliberal e a globalização no séc XXI. Parte II – O estado contemporâneo.** Publicado em: Âmbito Jurídico, n.107, Dez.2012. Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12618](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12618)> Acesso em: nov. 2015.

DIAS, Marco A. **James Buchanan e a política na escolha pública.** Publicado em: 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mabel/Downloads/James%20Buchanan%20e%20a%20Pol%C3%A Dtica%20na%20Escolha%20P%C3%BAblica.pdf>> Acesso em: mai. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONTIJO, A. C; MAIA, C. S. C. **Tomada de decisão, do modelo racional ao comportamental: Uma síntese teórica.** Ensaio, 2004. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v11n4art2.pdf>> Acesso em: mai. 2015.

GUIMARÃES, Victor C. R. F. **Políticas públicas. Sua importância no desenvolvimento econômico do país e das empresas e seu controle e acompanhamento pelos cidadãos, em especialmente os administradores.** Publicado em: 2011. Disponível em: <[http://www.machadosobrinho.com.br/revista\\_online/publicacao/artigos/Artigo03RE MS3.pdf](http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo03RE MS3.pdf)> Acesso em: mar. 2015.

HAZLITT, Henry. **O que você deve saber sobre inflação.** Jus Brasil, 2014. Disponível em: <<http://direitoeliberdade.jusbrasil.com.br/artigos/135831688/o-basico-sobre-a-inflacao>> Acesso em: jun. 2015.

HENDERSON, J. M.; QUANDT, R. E. **Teoria Microeconômica. Uma abordagem matemática.** 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Pioneira, 1973.

IKEDA, Sandy. **Caros políticos, recursos são escassos.** Portal Libertarianismo. Jun, 2015. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/caros-politicos-recursos-sao-escassos/>> Acesso em: jun. 2015.

JUNIOR, José O. C. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** Planejamento e políticas públicas, Da diretoria dos estudos Macroeconômicos-DIMAC/IPEA, 23, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>> Acesso em: mai. 2015.

LAURIA, França. **Porque o governo eleva a taxa de juros? Como me defender e aproveitar?** Publicado em: abr. 2015. Disponível em: <<http://dinheirama.com/blog/2015/04/06/por-que-governo-eleva-taxa-de-juros-como-defender-aproveitar/>> Acesso em: jun. 2015.

MENDES, Marcos. **Porque é importante controlar o gasto público.** Brasil Economia e Governo, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/06/28/por-que-e-importante-controlar-o-gasto-publico/>> Acesso em: abr. 2015.

ODON, Tiago I. **Critérios para elaboração de uma política criminal de bem estar geral e igualdade.** Publicado em: 2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.publicacoesacademicas.uniceub.br%2Findex.php%2Fprisma%2Farticle%2Fdownload%2F408%2F495&ei=lsAMVYvbNKzdsASW14CQDw&usg=AFQjCNFnekMzOSD22ddEFW7UGyvQYmOWsA>> Acesso em: mar. 2015.

OLIVEIRA (a), Artur S. L. **O importante conceito do custo de oportunidade.** Investimentos.org, Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.investimentos.org/custo-de-oportunidade>> Acesso: jul. 2015.

OLIVEIRA (b), Marlon. **A evolução dos conceitos de economia política.** BLOG, mar. 2013. Disponível em: <<http://marlonoliver.blogspot.com.br/2013/03/a-evolucao-dos-conceitos-de-economia.html>> Acesso em: jul. 2015.

OLIVEIRA (c), Augusto N. C. **O partido político nas teorias do bem-estar social: Da agregação de interesses à ação governamental.** Publicado em: Revista eletrônica de Ciência Política, vol.2, n.2, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/politica/article/view/28979>> Acesso: Out. 2015.

PIANHERI, Marília V. **O liberalismo e sua decadência.** Publicado em: Jus Brasil, 2014. Disponível em: <<http://mapianheri.jusbrasil.com.br/artigos/135223265/o-liberalismo-e-sua-decadencia>> Acesso em: nov. 2015.

RANGEL, Nelson. **O papel do setor público na economia capitalista.** Publicado em 1988. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.furg.br%2Fsinergia%2Farticle%2Fdownload%2F2186%2F1128&ei=ctUMVeGINrKHsQSZIIlgBg&usg=AFQjCNGo9fg77H4Quw9VlekiDNyd2uYuEw>> Acesso em: mar. 2015.

SOUZA, Marcia T. **James Buchanan e a construção do conselho social.** Publicado em: 1996. Disponível em: <[file:///C:/Users/Mabel/Downloads/James%20Buchanan%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Mabel/Downloads/James%20Buchanan%20(2).pdf)> Acesso em: mai. 2015.

ULRICH, Fernando. **Os 10 pecados capitais da política econômica do governo Dilma.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, out. 2014. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1949>> Acesso em: jul. 2015

VILELA, Francy J. F. **O liberalismo político de John Locke.** Revista Pandora brasil, n.60, jan. 2014. Disponível em: <

[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/politica\\_60/francy.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/francy.pdf)> Acesso em:  
nov. 2015.